

# CICLOS ECONÔMICOS, SALÁRIO REAL E QUALIDADE DOS FLUXOS ENTRE EMPREGOS<sup>1</sup>

Leandro Pereira da Rocha<sup>2</sup>  
Danielle Carusi Machado<sup>3</sup>  
Carlos Henrique Corseuil<sup>4</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Não seria exagero dizer que o debate sobre a flexibilidade (ou a falta de) dos salários reais frente a choques macroeconômicos é um dos mais extensos na economia, com importantes contribuições disponíveis desde o início do século XX. Este texto trata da flexibilidade salarial no contexto de variações nas condições macroeconômicas decorrentes das distintas fases do ciclo econômico brasileiro.

Pesquisas mais recentes (do início desse século) apontavam uma aparente contradição entre o que dizem a teoria e os dados. Enquanto algumas análises sobre os dados agregados dos salários reais sugerem que existe pouca variabilidade ao longo dos ciclos econômicos, o modelo teórico canônico para análise de ajustes no mercado de trabalho a choques macroeconômicos prevê flutuações substantivas nos salários.<sup>5</sup>

Pissarides (2009) propõe uma conciliação entre teoria e dados, ao argumentar que, se por um lado, há pouca variação nos salários dos trabalhadores incumbentes; por outro, há grande variação em salários de trabalhadores que conseguem novos empregos. Segundo o autor, a flexibilidade do salário em novos postos criados é mais apropriada para a comparação com as previsões da teoria mencionada anteriormente. Esse diagnóstico seria respaldado por trabalhos empíricos que confirmariam mais sensibilidade ao ciclo dos salários dos trabalhadores recém-contratados em relação aos salários de trabalhadores que se mantinham continuamente empregados.

Esse aparente consenso está sendo colocado à prova nos últimos anos por estudos empíricos que chamam atenção para o fato de que a composição dos postos de trabalho também varia ao longo do ciclo. Ou seja, a criação de bons postos de trabalho (que pagam bons salários) tende a ser mais frequente em períodos de expansão; e isso não era considerado pela maioria dos estudos que respaldavam a posição de Pissarides (2009), tais como Gertler, Huckfeldt e Trigari (2020), Baley, Figueiredo e Ulbricht (2020) e Figueiredo (2022).

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt77/pf1>

2. Doutorando em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail*: leandro.rocha@id.uff.br.

3. Professora de economia da UFF. *E-mail*: dcarusi@id.uff.br.

4. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail*: carlos.corseuil@ipea.gov.br.

5. Shimer (2005) e Hall (2005) são referências importantes para esse debate, que contrasta os dados com as previsões do modelo clássico de ciclos enriquecido com um bloco de mercado de trabalho inspirado no arcabouço proposto por Mortensen e Pissarides (1994).

Neste estudo, procuraremos analisar a flexibilidade do salário ao ciclo econômico no contexto brasileiro inspirado pelo arcabouço de Gertler, Huckfeldt e Trigari (2020). Para isso, utilizamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, que nos possibilita criar medidas diretas de ordenação (ranqueamento) das ocupações como forma de controlar a qualidade dos postos de trabalho ao analisar os fluxos de trabalhadores entre empregos.

Em relação aos resultados obtidos para a sensibilidade dos salários ao ciclo, mostramos em um primeiro momento que os salários dos trabalhadores que permanecem empregados tendem a registrar aumento de 0,22% ou 0,23% (a depender da especificação do modelo de regressão) em resposta a uma queda de 1 ponto percentual (p.p.) no desemprego. Quanto aos trabalhadores recém-contratados, a sensibilidade salarial ao ciclo parece estar concentrada nos trabalhadores que migram de um emprego para outro, para os quais estimamos um efeito de 0,71% a cada 1 p.p. de recuo na taxa de desemprego. Para os salários daqueles novos contratados vindos do desemprego, os resultados mostram que estes não apresentam sensibilidade adicional ao ciclo para além daquela registrada para os trabalhadores que permanecem empregados (0,22%).

Para explorar a influência de uma eventual mudança na qualidade dos empregos nos casos de mudança de vínculo, utilizamos duas métricas. Em primeiro lugar, recorreremos à medida de hierarquia das ocupações com base em educação requerida e complexidade de tarefas. Assim dividimos o fluxo emprego-emprego (EE) em relação ao destino do novo emprego, podendo ser para melhor, para pior ou para o mesmo nível de enquadramento de ocupação. Os resultados mostram que os efeitos cíclicos sobre os salários são significativos para aqueles que migram para uma ocupação superior; caso em que se registra aumento salarial de 0,99% para cada redução de 1 p.p. no desemprego.

A outra forma de olhar para qualidade é por meio das mudanças na formalização da ocupação, considerando os trabalhos formais como de melhor qualidade e os informais como de pior qualidade.<sup>6</sup> A magnitude dos resultados é expressiva nesse caso, com o incremento nos salários de 1,75% para aqueles que migram para empregos formais em resposta a uma queda de 1 p.p. no desemprego.

O texto segue então com uma breve exposição da base de dados e das estatísticas descritivas na seção 2. Os nossos principais resultados são expostos nas seções 3 e 4. Na primeira, mostramos que os dados brasileiros reproduzem o padrão da literatura internacional de uma maior sensibilidade ao ciclo para os salários de trabalhadores recém-contratados, quando não são considerados os fluxos dos trabalhadores entre empregos de qualidades distintas. Na seção 4, esse padrão é questionado por evidências, mostrando que essa maior sensibilidade salarial se concentra em recém-contratados que mudam para empregos de melhor qualidade. Por último, apresentamos as conclusões e as considerações finais do estudo.

6. Trabalhadores informais são aqueles que não possuem registro em carteira de trabalho.

## 2 DADOS DA PESQUISA

A análise é realizada com base na PNAD Contínua entre 2012 e 2019. A pesquisa domiciliar é trimestral e produzida por meio de um painel rotacional, de forma que os domicílios selecionados para a amostra são pesquisados uma vez por trimestre, durante cinco trimestres consecutivos.

A amostra utilizada neste estudo buscou ser compatível com a literatura existente, por isso foi restrita a homens entre 20 e 60 anos residentes em domicílios urbanos. O acompanhamento dos indivíduos da amostra é realizado a partir da criação de um identificador, criado para ser a chave de identificação individual, com base na estratégia de combinar as informações de domicílio, sexo e data de nascimento dos moradores (Amorim e Corseuil, 2016).

As informações dos trabalhadores são baseadas na ocupação principal, definida como aquela em que foram empenhadas mais horas na semana de referência da pesquisa. Os salários referem-se aos valores habitualmente recebidos pelo trabalhador por mês, eliminando distorções causadas por possíveis ganhos ou perdas extraordinárias. Os valores monetários são deflacionados usando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) referente ao trimestre de 2019.

A taxa de desemprego,<sup>7</sup> utilizada como *proxy* para o ciclo econômico, é calculada de forma usual para cada uma das 77 unidades primárias de amostragem (UPAs). Uma UPA é a menor divisão regional em que há amostra representativa na PNAD Contínua. O objetivo é ter maior heterogeneidade de forma a capturar as distinções nas variações cíclicas eventualmente presentes entre essas diversas áreas do nosso extenso território. O gráfico 1 mostra a variação média das taxas de desemprego por trimestres, evidenciando um período inicial de taxas baixas até o último trimestre de 2014 seguido por um intenso período de crise que eleva as taxas até 2017. Por fim, um período instável entre 2018 e 2019 com tendência de queda no desemprego.

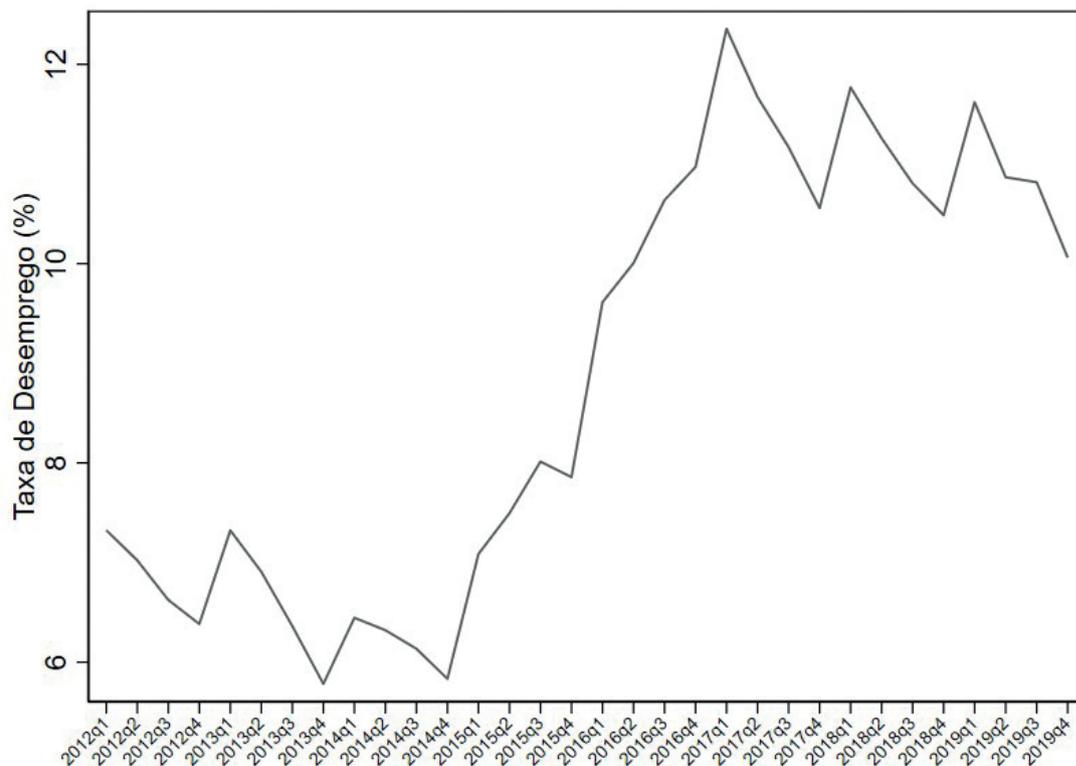
---

7. Um processo de dessazonalização foi realizado utilizando uma regressão linear que controla pelos efeitos específicos dos trimestres em relação ao primeiro. A taxa de desemprego final é dada pela constante mais os resíduos derivados dessa regressão.

GRÁFICO 1

**Taxa de desemprego média – Brasil (1º trim. 2012-4º trim. 2019)**

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua 2012-2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>.

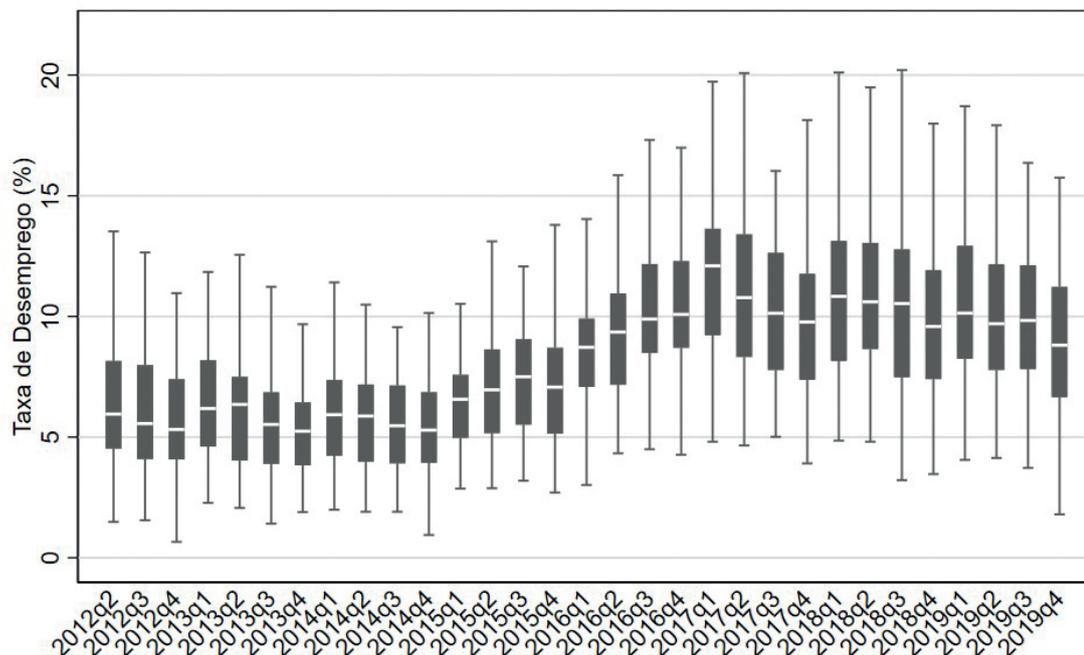
Elaboração dos autores.

Obs.: 1. A linha refere-se à média das 77 unidades primárias de amostragem.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O gráfico 2 mostra como variam as taxas em cada trimestre quando exploradas todas as unidades regionais. É possível ver que as tendências de crescimento exibidas no gráfico 1 se mantêm e há grande variação da taxa de desocupação entre as diferentes UPAs.

GRÁFICO 2  
**Distribuição da taxa de desocupação entre as UPAs – Brasil (1º trim. 2012-4º trim. 2019)**  
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua 2012-2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O principal interesse deste estudo é identificar a sensibilidade salarial ao ciclo desagregando por tipos de fluxos de trabalhadores. Com a PNAD Contínua não é possível vincular o empregado ao empregador, mas é possível saber quanto tempo o indivíduo está na mesma ocupação. Assim, um trabalhador incumbente é aquele que está na respectiva ocupação por um período maior que três meses (ou seja, não foi contratado no trimestre de referência), enquanto um trabalhador recém-contratado é aquele que está ocupado por menos de três meses (Haefke, Sonntag e van Rens, 2013).

A tabela 1 traz informações sobre esses grupos em diferentes momentos do ciclo econômico. Em geral, trabalhadores recém-contratados possuem menor média de idade e anos de escolaridade. Os incumbentes possuem melhor média salarial e um percentual maior de alocação em ocupações de maior qualidade (diretores e profissionais de nível superior e trabalho formal).

TABELA 1  
Estatísticas descritivas – Brasil (1º trim. 2012-4º trim. 2019)

Categorias de análise	Incumbentes	Novos contratados
Idade (anos)	39,1	34,5
Educação (anos de estudo)	10,4	9,2
Trabalho formal (%)	68,1	39,9
Ocupação (%)		
Diretores	4,0	1,2
Profissionais de alta qualificação	10,7	4,3
Profissionais de média qualificação	9,8	6,2
Profissionais de baixa qualificação	63,8	60,0
Trabalhadores elementares	11,7	28,4
Salário real ( <i>log</i> )	7,6	7,0
N (/1.000)	1.624	160

Fonte: PNAD Contínua 2012-2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>.

Elaboração dos autores.

Um trabalhador recém-contratado no tempo  $t$  que estava empregado no trimestre  $t-1$  é contabilizado em um um fluxo de emprego-emprego (EE). Um trabalhador que estava desempregado em  $t-1$  é contabilizado no fluxo de não emprego-emprego (NE).<sup>8</sup>

Por meio da Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD), é possível saber em qual ocupação cada trabalhador se encontra. De acordo com os parâmetros de educação requerida e a complexidade das tarefas, também é possível hierarquizar as ocupações em cinco graus de competências (diretores e gerentes; ocupações de nível superior; ocupações de nível médio; ocupações de nível fundamental; e ocupações elementares).

A distinção entre trabalho formal e informal foi feita a partir das informações declaradas na PNAD Contínua sobre a posição na ocupação e sobre a contribuição à Previdência Social. Foram consideradas ocupações formais o emprego com carteira assinada nos setores privado (inclusive trabalhador doméstico) e público, militares e empregadores e trabalhadores por conta própria que contribuem para a Previdência. Por sua vez, o trabalho informal compreende os empregos privado e público sem carteira assinada, o trabalho não remunerado em ajuda a membros do domicílio e empregadores e trabalhadores por conta própria que não contribuem para a Previdência.

8. Para fins de cálculo de diferenças salariais de trabalhadores inicialmente desocupados, foi atribuído um valor de "salário oportunidade", dado pela média salarial de determinada ocupação em determinado recorte regional e ponto no tempo.

### 3 EFEITO DE NOVAS CONTRATAÇÕES

O primeiro passo será replicar os achados na literatura internacional de que os salários de novas contratações são mais sensíveis aos ciclos do que o de trabalhadores incumbentes. Implementamos um modelo que busca mensurar a resposta dos salários reais a mudanças na taxa de desocupação agregada, comumente utilizada na literatura desde Bils (1985). Para captar excessos no salário de novas contratações, interagimos a variação na taxa de desemprego ( $\Delta D$ ) com um indicador binário que é igual a 1 se é um trabalhador recém-contratado ou igual a 0 caso contrário ( $RC$ ). Para eliminar efeitos de características dos trabalhadores que são invariáveis no tempo, utilizamos estimadores de primeiras diferenças, conforme se segue:

$$\Delta w_{ijt} = \beta_x X_{ijt0} + \beta_D \Delta D_{jt} + \beta_n RC_{ijt} + \beta_{nD} RC_{ijt} * \Delta D_{jt} + \Delta \varepsilon_{ijt} \quad (1)$$

Nessa equação (1), é regredido o logaritmo dos salários dos indivíduos  $i$  na UPA  $j$  no ano e no trimestre  $t$  ( $w_{ijt}$ ) contra um vetor de características observadas (anos de escolaridade, idade e idade ao quadrado) no primeiro período em que o indivíduo é observado ( $X_{ijt0}$ ) e as variáveis referentes à taxa de desemprego ( $D$ ) e à *dummy* para recém-contratado ( $RC$ ). O termo  $\varepsilon_{ijt}$  refere-se ao erro da regressão.

Assim, enquanto  $\beta_D$  capta o efeito dos ciclos sobre os salários dos permanentes, o coeficiente  $\beta_{nD}$ , relativo à interação entre a *dummy*  $RC$  e a taxa de desemprego, é responsável por captar o efeito incremental dos ciclos nos salários dos novos contratados.

A especificação anterior busca captar algum indicativo de excesso de flexibilidade dos salários de novos contratados decorrente de movimentos no ciclo econômico. Gertler, Huckfeldt e Trigari (2020) oferecem uma nova leitura a essa especificação, segundo a qual, a ciclicidade estimada dos salários dos novos contratados pode, em vez disso, ser devido a efeitos cíclicos na composição das transições entre empregos, em que trabalhadores em empregos existentes mudam para empregos melhores a uma taxa mais elevada durante períodos expansivos e a uma taxa mais lenta durante crises. Dessa forma, a ciclicidade encontrada na equação (1) pode ser prejudicada por esse viés de composição, e não refletir o verdadeiro excesso de flexibilidade dos salários.

O viés de composição parece estar ligado aos novos contratados que migram entre empregos. Estes estão mais propensos a migrarem para melhores empregos durante os períodos de crescimentos, em que as melhores oportunidades são mais abundantes. Em contrapartida, os novos contratados que vêm do desemprego estão mais dispostos a aceitar qualquer oportunidade de emprego disponível. Assim, os novos contratados que migram do desemprego estariam livres desse viés de composição.

Para testar a existência do componente composicional, pode-se explorar a *dummy*  $RC$  da equação (1), abrindo-a em novos contratados derivados de um fluxo E-E ou novos contratados derivados de um fluxo NE. Logo:

$$RC_{ijt} = EE_{ijt} + NE_{ijt} \quad (2)$$

Assim, a *dummy* RC dá origem a outras duas novas *dummies*. A *dummy* EE é igual a 1 se o novo contratado estava em outro emprego no último trimestre e 0 caso contrário. Se o novo contratado estava desempregado no último trimestre, a *dummy* NE recebe valor 1.<sup>9</sup> Conforme explicitado em Gertler, Huckfeldt e Trigari (2020), o fluxo NE seria livre de efeito composição, pois trabalhadores que vêm do desemprego incorrem em ganhos independentemente do ciclo econômico.

Pode-se, então, introduzir a equação (2) na especificação (1) para se obter:

$$\Delta w_{ijt} = \beta_x X_{ijt0} + \beta_D \Delta D_{jt} + \beta_{EE} EE_{ijt} + \beta_{NE} NE_{ijt} + \Delta D_{jt} * (\beta_{EED} EE_{ijt} + \beta_{NED} NE_{ijt}) + \Delta \varepsilon_{ijt} \quad (3)$$

O  $\beta_{EED}$  capta o efeito dos ciclos sobre os salários daqueles novos contratados que descendem de outro emprego e o coeficiente  $\beta_{NED}$  daqueles novos contratados que estavam desocupados no trimestre anterior.

A tabela 2 traz os resultados das equações (1) e (3).

TABELA 2  
Efeitos da taxa de desemprego sobre salários – Brasil (1º trim. 2012-4º trim. 2019)

Variáveis estimadas	(1)	(2)
Taxa de Desocupação (TD)	-0,234*** (0,000)	-0,220*** (0,000)
TD*Novos	-0,262* (0,081)	
TD*ENE		0,034 (0,888)
TD*EE		-0,489*** (0,005)
N	1.698.523	1.698.523

Fonte: PNAD Contínua 2012-2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Significância: \*\*\*  $p < 0,01$ ; \*\*  $p < 0,05$ ; \*  $p < 0,1$ .

2. P-valor robusto em parênteses.

Na primeira linha da tabela 2, podemos ver resultados apontando um comportamento pró-cíclico dos salários para os trabalhadores que permanecem continuamente empregados. Os coeficientes reportados nas duas colunas mostram que para cada 1 p.p. de redução na taxa de desemprego, o salário (real)<sup>10</sup> desses trabalhadores tem (em média) um incremento de 0,23% ou 0,22% a depender da especificação considerada. Nas demais linhas, reportamos a eventual sensibilidade adicional do salário para outros grupos de trabalhadores.

9. Nesse caso, a variação salarial é computada via imputação de um valor esperado do salário que esse trabalhador ganharia caso estivesse empregado. Essa imputação leva em consideração o salário recebido por trabalhadores similares no trimestre de referência.

10. Para simplificar, usou-se somente o termo sensibilidade salarial para se referir a respostas do salário real.

O coeficiente associado à variável de interação entre a taxa de desemprego local e a condição de recém-contratado; reportado na primeira coluna; mostra que existe uma sensibilidade adicional para os salários destes trabalhadores. Para cada 1 p.p. de redução na taxa de desemprego, o salário de novos contratados tem (em média) um incremento adicional de 0,26%. Logo, o aumento salarial esperado para o grupo de trabalhadores recém-contratados, em resposta a uma diminuição de 1 p.p. no desemprego, é de 0,49% (0,23% + 0,26%).

Em relação aos demais resultados reportados na segunda coluna, é possível notar que a sensibilidade salarial referente ao fluxo de novos empregados vindos do desemprego (NE) não apresenta um adicional estatisticamente significativo. Em contrapartida, a sensibilidade salarial adicional atribuída ao fluxo entre empregos (EE) tem uma intensidade maior, e estatisticamente significativa. Para esse grupo, há em média um incremento de 0,49% para cada 1 p.p. de redução no desemprego; o que implica um aumento esperado de 0,71% no salário dos trabalhadores recém-contratados que vieram de outro emprego.

Os resultados confirmam os achados na literatura e mostram que os salários são pró-cíclicos, indicando ainda uma sensibilidade salarial adicional relativa a trabalhadores recém-contratados quando comparados àqueles que permanecem no mesmo emprego. Ademais, esse efeito encontra-se concentrado em novos contratados vindos de outros empregos.

#### 4 QUALIDADE DOS MOVIMENTOS ENTRE EMPREGOS

Para mitigar um possível viés derivado de movimentos cíclicos na qualidade da composição desses novos trabalhadores, buscamos uma forma direta de controlar tais efeitos. Ao modificar a equação (3), pode-se abrir o fluxo E-E entre movimentos para ocupações de nível de qualidade maior, pior ou igual.

A tabela 3 mostra um novo conjunto de resultados levando em conta mudanças na qualidade da ocupação e na qualidade da condição de formalidade da ocupação (setor). Na primeira linha dessa tabela, podemos ver que os resultados mantêm o caráter pró-cíclico dos salários dos trabalhadores que permanecem continuamente empregados. Mais do que isso as estimativas reportadas na tabela 3 para a magnitude da sensibilidade salarial desses trabalhadores são muito similares às apresentadas na tabela 2.

TABELA 3  
Efeitos do ciclo econômico nos salários – Brasil (1º trim. 2012-4º trim. 2019)

Variáveis estimadas	(1)	(2)
Taxa de Desocupação (TD)	-0,220*** (0,000)	-0,218*** (0,000)
TD*ENE	0,036 (0,879)	0,036 (0,880)
TD*EE (Melhor)	-0,869* (0,069)	-1,528*** (0,006)
TD*EE (Pior)	-0,755 (0,105)	-0,178 (0,759)
TD*EE (Igual)	-0,694** (0,045)	-0,477 (0,108)
Tipo de mudança	Ocupação	Setor
N	1.698.523	1.698.523

Fonte: PNAD Contínua 2012-2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Significância: \*\*\*  $p < 0,01$ ; \*\*  $p < 0,05$ ; \*  $p < 0,1$ .

2. *P*-valor robusto em parênteses.

Nas demais linhas da tabela 3, também reportamos a eventual sensibilidade adicional do salário para outros grupos de trabalhadores; conforme havíamos feito na tabela 2. Em primeiro lugar, esses resultados confirmam que não há uma sensibilidade adicional ao ciclo do salário de trabalhadores vindos do desemprego (NE).

Por sua vez, os resultados da sensibilidade salarial ao ciclo para trabalhadores que melhoram sua posição são substantivamente mais pró-cíclicos do que a sensibilidade salarial de trabalhadores que permanecem empregados. Para uma redução de 1 p.p. no desemprego, aqueles que mudam para ocupações de nível mais alto apresentam incremento adicional no salário de 0,87%, o que implica um aumento salarial esperado de 1,09% (0,22% + 0,87%). Entre aqueles que mudam de um emprego informal para um formal, o incremento adicional no salário chega a 1,53%, o que implica um aumento salarial esperado de 1,75% (0,22% + 1,53%).

Os resultados obtidos para a sensibilidade salarial computada entre trabalhadores que mudam para empregos do mesmo tipo dependem da tipologia utilizada para classificar os empregos. Quando usamos os níveis hierárquicos, obtemos estimativas que apontam uma sensibilidade adicional do salário ao ciclo de 0,69%. Quando usamos a dicotomia formal *versus* informal, não podemos rejeitar a hipótese de que a sensibilidade do salário de trabalhadores que migram entre empregos do mesmo tipo é igual à experimentada por trabalhadores que permanecem no mesmo emprego.

Por fim, nossos resultados demonstrados na última linha da tabela 3 indicam que a sensibilidade do salário dos trabalhadores que migraram para empregos piores é igual à experimentada por trabalhadores que permanecem no mesmo emprego, independentemente da tipologia utilizada.

### 5 CONCLUSÃO

Neste estudo, mostramos uma série de evidências a respeito da sensibilidade dos salários reais no Brasil em relação ao ciclo econômico. O primeiro resultado a ser destacado é o de que os salários não são rígidos, e respondem até de forma significativa às variações no ciclo econômico do país.

Apesar disso, o principal resultado alcançado foi esclarecer a questão debatida na literatura internacional sobre uma suposta maior sensibilidade ao ciclo dos salários para trabalhadores recém-contratados em relação aos trabalhadores que se mantêm empregados. Mostramos que, no caso brasileiro, essa aparente maior sensibilidade está relacionada a uma correlação entre o ciclo econômico e a probabilidade de os trabalhadores migrarem para “melhores” postos de trabalho, cujos salários tendem a ser maiores.

Para isso, utilizamos duas métricas para ordenar postos de trabalho. Uma baseada na ocupação reportada, que pode ser associada a uma escala de hierarquia, com gerentes e diretores no topo dessa escala. A outra métrica distingue os postos entre formais e informais; sendo o primeiro de qualidade superior ao segundo. Os resultados são robustos à forma de ordenar os postos de trabalho.

Nossos resultados são condizentes com o seguinte cenário: em momentos de expansão da economia, há maior oferta de “melhores” postos de trabalho, e, conseqüentemente, maior fluxo de recém-contratados que experimentam aumento salarial em decorrência da migração proveniente de “piores” postos de trabalho.

Em síntese, é possível que haja pouca diferença na sensibilidade dos salários ao ciclo entre os trabalhadores que permanecem continuamente empregados e os trabalhadores recém-contratados. Mostramos que grande parte da diferença dessa sensibilidade observada entre esses grupos decorre de uma mudança na composição do emprego entre melhores e piores postos de trabalho. Essa possibilidade é reforçada pelos resultados que encontramos para os recém-contratados que estavam sem emprego ou em empregos de qualidade semelhante. No caso do primeiro grupo, a sensibilidade do salário ao ciclo não se distingue daquela reportada para os que continuam empregados. Para o segundo grupo, os resultados dependem da métrica que usamos para acessar a qualidade do emprego. Quando usamos a dicotomia formal *versus* informal, a sensibilidade salarial do recém-contratado que se mantém em um desses tipos de emprego é semelhante ao do trabalhador que se mantém continuamente empregado.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, B.; CORSEUIL, C. H. L. **Análise da dinâmica do emprego setorial de 2014 a 2015**. Brasília: Ipea, jan. 2016. (Nota Técnica, n. 23).
- BALEY, I.; FIGUEIREDO, A.; ULBRICHT, R. **Mismatch cycles**. Barcelona GSE, 2020. (Working Paper, n. 1151).
- BILS, M. J. Real wages over the business cycle: evidence from panel data. **Journal of Political Economy**, v. 93, n. 4, p. 666-689, 1985.
- FIGUEIREDO, A. Wage cyclicality and labor market sorting. **American Economic Review: Insights**, v. 4, n. 4, p. 425-442, 2022.
- GERTLER, M.; HUCKFELDT, C.; TRIGARI, A. Unemployment fluctuations, match quality, and the wage cyclicality of new hires. **Review of Economic Studies, Oxford University Press**, v. 87, n. 4, p. 1876-1914, 2020.
- HAEFKE, C.; SONNTAG, M.; VAN RENS, T. Wage rigidity and job creation. **Journal of Monetary Economics**, v. 60, n. 8, p. 887-899, 2013.
- HALL, R. Job loss, job finding, and unemployment in the U.S. economy over the past fifty years. **NBER Macroeconomics Annual**, v. 20, p. 101-137, 2005.
- MORTENSEN, D. T.; PISSARIDES, C. A. Job creation and job destruction in the theory of unemployment. **Review of Economic Studies**, v. 61, n. 3, p. 397-415, 1994.
- PISSARIDES, C. A. The unemployment volatility puzzle: is wage stickiness the answer? **Econometrica**, v. 77, n. 5, p. 1339-1369, 2009.
- SHIMER, R. The cyclical behavior of equilibrium unemployment and vacancies. **American Economic Review**, v. 95, n. 1, p. 25-49, 2005.